



**ACÓRDÃO Nº 299/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11524/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Amaturá.
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Santinho Barbosa, Presidente da Câmara à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1469/2018-MPC/ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl.392).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Amaturá. Exercício de 2015.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Prazo. Alcance. Determinações. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Considerar revel** o notificado, **Sr. Santinho Barbosa**, na forma do art. 20, §4º da Lei nº 2.423/1996, referente ao exercício financeiro de 2015;
- 10.2- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Amaturá, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do gestor, ordenador de despesa, **Sr. Santinho Barbosa**, conforme o art. 22, inciso III, alínea b c/c art. 25, da Lei nº 2.423-LO/TCE, considerado as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.3- **Aplicar Multa** ao **Sr. Santinho Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Amaturá, exercício de 2015, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, no valor de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas (itens 19, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39 e 42). O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.4- **Considerar em Alcance** o gestor Responsável, **Sr. Santinho Barbosa**, no valor de **R\$16.113,65** (dezesesseis mil, cento e treze reais e sessenta e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de Amaturá, corrigidos, com fulcro no art. 304, I, da Resolução nº 04/2002-RITCE, devido às restrições acostadas nos itens 39 e 42 do relatório/voto;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 299/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.5- Determinar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento das multas aplicadas ao **Sr. Santinho Barbosa**, no montante total de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), ao Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 169, I, do RITCE (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173, do RITCE;
- 10.6- Determinar** à Câmara Municipal de Amaturá:
- a) Que adote as providências cabíveis para aprimorar e garantir mais efetividade no cumprimento dos artigos 31 e 74, da CF/88 e art. 76, da Lei nº 4.320/64;
  - b) Que cumpra o disposto no art. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64;
  - c) Que adote medidas para criar e efetivar um sistema de controle, visto que as atividades de gestão e fiscalização são finalísticas da Administração, ou seja, dizem respeito à concretização de um múnus público, relacionado à boa administração da coisa pública;
  - d) Que cumpra o disposto no art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC 101/2001;
  - e) Que atualize e alimente o sistema de controle SAP.
- 10.7- Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM na Câmara Municipal de Amaturá que averigue o disposto nos itens 36 e 46 do Voto;
- 10.8- Determinar** à SEPLENO que remeta cópias dos autos, relativos à Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Amaturá, ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, a fim de que tomem as medidas que entenderem pertinentes em relação ao item 40 do Relatório-Voto;
- 10.9- Dar ciência** ao interessado, **Sr. Santinho Barbosa**, com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ciência do decisório, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Presidente em exercício  
**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator  
**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral